



**CLIPPING INTERNET**  
**18/11/2022 ATÉ 18/11/2022**



# INDÍCE

---

1	AÇÕES TJMA	
	1.1 SITE O MARANHENSE.....	12
2	CEMULHER	
	2.1 SITE O IMPARCIAL ONLINE.....	3
3	CNJ	
	3.1 SITE CNJ.....	4
	3.2 SITE CONSULTOR JURÍDICO (CONJUR).....	5
4	COORDENADORIA DE PRECATÓRIO	
	4.1 BLOG DO MINARD.....	6
	4.2 BLOG GLAUCIO ERICEIRA.....	7
	4.3 SITE MARANHÃO HOJE.....	8
5	DECISÕES	
	5.1 BLOG ENQUANTO ISSO NO MARANHÃO.....	9
	5.2 SITE MARANHÃO HOJE.....	10
	5.3 SITE O PROGRESSO.....	11
6	DESEMBARGADOR	
	6.1 BLOG DIEGO EMIR.....	12
	6.2 BLOG DO ALPANIR MESQUITA.....	13
	6.3 BLOG DO CAIO HOSTÍLIO.....	14
	6.4 BLOG DO KIEL MARTINS.....	15
7	PONTO FACULTATIVO / FERIADO	
	7.1 BLOG JÚLIO DINIZ.....	16
	7.2 BLOG O JORNALEIRO.....	17
	7.3 SITE AGORA SANTA INÊS.....	18
	7.4 SITE IMIRANTE.COM.....	19
8	PRECATÓRIOS	
	8.1 SITE JORNAL PEQUENO.....	20
9	UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO	
	9.1 BLOG ALTO ALEGRE NOTÍCIAS.....	21
	9.2 SITE BRASILÂNDIA NOTÍCIAS.....	22
	9.3 SITE NEWS RONDÔNIA.....	23

## **Durante reunião com o TJ do Maranhão, Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário de Rondônia troca experiências**

Publicidade (content2)

Por Redação

Foto: G1/RO

Publicidade (content3)

Medidas para ampliar a atuação do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Medidas Socioeducativas (GMF) em Rondônia foram discutidas durante uma reunião virtual com membros da Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Estado do Maranhão - UMF/TJMA este mês. Durante a apresentação, o grupo do Judiciário maranhense, referência em ações na área, apresentou a estrutura de funcionamento e resultados obtidos com a adoção de ações estratégicas.

Composta por servidores exclusivos e organizados em três divisões - Assistência jurídica, Estrutural técnica e Programa Começar de Novo -, a UMF tem alcançado bons índices no Maranhão, estado com grande população carcerária. O desembargador supervisor UMF-TJMA, Ronaldo Maciel, destacou entre os pontos positivos que no sistema penitenciário do Maranhão 70% dos presos trabalham ou estudam e que a UMF intermedia vários convênios de trabalho entre órgãos públicos e iniciativa privada, pelo projeto Começar de Novo. O desembargador apresentou também o MASPEN, uma plataforma alimentada pelo SEEU, que informa em tempo real a quantidade de presos que está em cada presídio e convidou o Desembargador Supervisor, Jorge Ribeiro da Luz, para visitar a UMF do Maranhão e conhecer o sistema. O MASPEN passa por aperfeiçoamento e em breve deverá também compilar dados judiciais.

O desembargador supervisor do GMF em Rondônia, José Jorge, avaliou positivamente as colocações apresentadas pelo desembargador Ronaldo Maciel e se comprometeu em estudar uma data para visitar a unidade no Maranhão. O desembargador explicou que possui um projeto de implantação da APAC em todo o estado de Rondônia e que hoje existem cinco unidades que estão em processo de implantação e solicitou a contribuição da UMF para o desenvolvimento do projeto. Outro ponto debatido foi a criação da central de regulação de vagas no Estado. “A partir dessas informações do número de presos provisórios e condenados e da capacidade do Estado é que podemos produzir projetos sociais dentro do sistema”, pontuou.

Também participaram da reunião o coordenador de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário, Douglas de Melo Martins, e o coordenador executivo da UMF, Miguel Antonio Figueiredo Moyses.

## **Assembleia homenageia desembargador Lourival Serejo com 'Medalha Manuel Beckman'**

A Assembleia Legislativa do Maranhão homenageou, nesta quinta-feira (17), o desembargador Lourival Serejo com a Medalha do Mérito Legislativo 'Manuel Beckman', maior honraria concedida pela Casa. A sessão solene foi conduzida pelo chefe do Parlamento Estadual, deputado Othelino Neto (PCdoB), que destacou a vasta cartela de serviços prestados pelo magistrado ao Maranhão. A comenda foi proposta pelo deputado Duarte Jr (PSB).

Othelino Neto falou sobre a importância do reconhecimento ao desembargador Lourival Serejo, que foi presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (2020-2022) e, atualmente, preside a Academia Maranhense de Letras (AML).

"O desembargador Lourival Serejo tem muitos serviços prestados não só ao Judiciário maranhense, mas, também, no campo cultural. Por isso, a entrega desta comenda, que é o reconhecimento máximo do Poder Legislativo e uma justa homenagem à sua história e contribuição ao nosso estado", afirmou o parlamentar.

O deputado Duarte Jr, autor da solicitação da medalha, disse que a homenagem também se estende a todo o Poder Judiciário e instituições de Justiça. "O desembargador Lourival Serejo tem uma carreira brilhante como educador e pensador do Direito. Foi professor, promotor, juiz e, hoje, desembargador. É por essa razão que, contemplando e reconhecendo toda essa brilhante trajetória, concedemos a honraria mais importante da Casa", afirmou o parlamentar.

Estiveram presentes à solenidade os deputados estaduais Arnaldo Melo (PP), Mical Damasceno (PSD), Fábio Braga (Solidariedade) e Wellington do Curso (PSC), além do secretário-chefe da Casa Civil, Sebastião Madeira, representando o governador Carlos Brandão (PSB); o deputado Themístocles Filho, presidente da Assembleia Legislativa do Piauí e vice-governador eleito, entre outras autoridades.

O desembargador Lourival Serejo agradeceu a homenagem e o reconhecimento do Parlamento Estadual. "Recebo a medalha com muita satisfação e sentimento de responsabilidade. É um reconhecimento da minha carreira profissional, sempre marcada pela ética e responsabilidade", declarou.

### Biografia

O desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa nasceu na cidade de Viana, na Baixada Maranhense. Filho de Nozor Lauro Lopes de Sousa e Isabel Serejo Sousa.

Formou-se em Direito, no ano de 1976, especializando-se em Direito Público pela Faculdade de Direito do Ceará,

em 1980, e, posteriormente, em Direito Processual Civil pela Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente, é desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão e presidente da Academia Maranhense de Letras.

O post Assembleia homenageia desembargador Lourival Serejo com 'Medalha Manuel Beckman' apareceu primeiro em Diego Emir.

## **Assembleia homenageia desembargador Lourival Serejo com 'Medalha Manuel Beckman'**

Sessão solene para entrega da Medalha.

A Assembleia Legislativa do Maranhão homenageou, nesta quinta-feira (17), o desembargador Lourival Serejo com a Medalha do Mérito Legislativo 'Manuel Beckman', maior honraria concedida pela Casa. A sessão solene foi conduzida pelo chefe do Parlamento Estadual, deputado Othelino Neto (PCdoB), que destacou a vasta cartela de serviços prestados pelo magistrado ao Maranhão. A comenda foi proposta pelo deputado Duarte Jr (PSB).

Othelino Neto falou sobre a importância do reconhecimento ao desembargador Lourival Serejo, que foi presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (2020-2022) e, atualmente, preside a Academia Maranhense de Letras (AML).

“O desembargador Lourival Serejo tem muitos serviços prestados não só ao Judiciário maranhense, mas, também, no campo cultural. Por isso, a entrega desta comenda, que é o reconhecimento máximo do Poder Legislativo e uma justa homenagem à sua história e contribuição ao nosso estado”, afirmou o parlamentar.

O deputado Duarte Jr, autor da solicitação da medalha, disse que a homenagem também se estende a todo o Poder Judiciário e instituições de Justiça. “O desembargador Lourival Serejo tem uma carreira brilhante como educador e pensador do Direito. Foi professor, promotor, juiz e, hoje, desembargador. É por essa razão que, contemplando e reconhecendo toda essa brilhante trajetória, concedemos a honraria mais importante da Casa”, afirmou o parlamentar.

Estiveram presentes à solenidade os deputados estaduais Arnaldo Melo (PP), Mical Damasceno (PSD), Fábio Braga (Solidariedade) e Wellington do Curso (PSC), além do secretário-chefe da Casa Civil, Sebastião Madeira, representando o governador Carlos Brandão (PSB); o deputado Themístocles Filho, presidente da Assembleia Legislativa do Piauí e vice-governador eleito, entre outras autoridades.

O desembargador Lourival Serejo agradeceu a homenagem e o reconhecimento do Parlamento Estadual. “Recebo a medalha com muita satisfação e sentimento de responsabilidade. É um reconhecimento da minha carreira profissional, sempre marcada pela ética e responsabilidade”, declarou.

### Biografia

O desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa nasceu na cidade de Viana, na Baixada Maranhense. Filho de Nozor Lauro Lopes de Sousa e Isabel Serejo Sousa. Formou-se em Direito, no ano de 1976, especializando-se em Direito Público pela Faculdade de Direito do Ceará, em 1980, e, posteriormente, em Direito Processual Civil pela Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente, é desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão e presidente da Academia Maranhense de Letras.

## **Desembargador Lourival Serejo é homenageado pela Assembleia com 'Medalha Manuel Beckman'**

A Assembleia Legislativa do Maranhão homenageou, nesta quinta-feira (17), o desembargador Lourival Serejo com a Medalha do Mérito Legislativo 'Manuel Beckman', maior honraria concedida pela Casa. A sessão solene foi conduzida pelo chefe do Parlamento Estadual, deputado Othelino Neto (PCdoB), que destacou a vasta cartela de serviços prestados pelo magistrado ao Maranhão. A comenda foi proposta pelo deputado Duarte Jr (PSB).

Othelino Neto falou sobre a importância do reconhecimento ao desembargador Lourival Serejo, que foi presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (2020-2022) e, atualmente, preside a Academia Maranhense de Letras (AML).

"O desembargador Lourival Serejo tem muitos serviços prestados não só ao Judiciário maranhense, mas, também, no campo cultural. Por isso, a entrega desta comenda, que é o reconhecimento máximo do Poder Legislativo e uma justa homenagem à sua história e contribuição ao nosso estado", afirmou o parlamentar.

O deputado Duarte Jr, autor da solicitação da medalha, disse que a homenagem também se estende a todo o Poder Judiciário e instituições de Justiça. "O desembargador Lourival Serejo tem uma carreira brilhante como educador e pensador do Direito. Foi professor, promotor, juiz e, hoje, desembargador. É por essa razão que, contemplando e reconhecendo toda essa brilhante trajetória, concedemos a honraria mais importante da Casa", afirmou o parlamentar.

Estiveram presentes à solenidade os deputados estaduais Arnaldo Melo (PP), Mical Damasceno (PSD), Fábio Braga (Solidariedade) e Wellington do Curso (PSC), além do secretário-chefe da Casa Civil, Sebastião Madeira, representando o governador Carlos Brandão (PSB); o deputado Themístocles Filho, presidente da Assembleia Legislativa do Piauí e vice-governador eleito, entre outras autoridades.

O desembargador Lourival Serejo agradeceu a homenagem e o reconhecimento do Parlamento Estadual. "Recebo a medalha com muita satisfação e sentimento de responsabilidade. É um reconhecimento da minha carreira profissional, sempre marcada pela ética e responsabilidade", declarou.

### **\*Biografia\***

O desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa nasceu na cidade de Viana, na Baixada Maranhense. Filho de Nozor Lauro Lopes de Sousa e Isabel Serejo Sousa.

Formou-se em Direito, no ano de 1976, especializando-se em Direito Público pela Faculdade de Direito do Ceará, em 1980, e, posteriormente, em Direito Processual Civil pela Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente, é desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão e presidente da Academia Maranhense de Letras.

## **Desembargador Lourival Serejo é homenageado pela Assembleia com 'Medalha Manuel Beckman**

**17/11/2022 21:17:11**

A Assembleia Legislativa do Maranhão homenageou, nesta quinta-feira (17), o desembargador Lourival Serejo com a Medalha do Mérito Legislativo 'Manuel Beckman', maior honraria concedida pela Casa. A sessão solene foi conduzida pelo chefe do Parlamento Estadual, deputado Othelino Neto (PCdoB), que destacou a vasta cartela de serviços prestados pelo magistrado ao Maranhão. A comenda foi proposta pelo deputado Duarte Jr (PSB).

Othelino Neto falou sobre a importância do reconhecimento ao desembargador Lourival Serejo, que foi presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (2020-2022) e, atualmente, preside a Academia Maranhense de Letras (AML).

"O desembargador Lourival Serejo tem muitos serviços prestados não só ao Judiciário maranhense, mas, também, no campo cultural. Por isso, a entrega desta comenda, que é o reconhecimento máximo do Poder Legislativo e uma justa homenagem à sua história e contribuição ao nosso estado", afirmou o parlamentar.

O deputado Duarte Jr, autor da solicitação da medalha, disse que a homenagem também se estende a todo o Poder Judiciário e instituições de Justiça. "O desembargador Lourival Serejo tem uma carreira brilhante como educador e pensador do Direito. Foi professor, promotor, juiz e, hoje, desembargador. É por essa razão que, contemplando e reconhecendo toda essa brilhante trajetória, concedemos a honraria mais importante da Casa", afirmou o parlamentar.

Estiveram presentes à solenidade os deputados estaduais Arnaldo Melo (PP), Mical Damasceno (PSD), Fábio Braga (Solidariedade) e Wellington do Curso (PSC), além do secretário-chefe da Casa Civil, Sebastião Madeira, representando o governador Carlos Brandão (PSB); o deputado Themístocles Filho, presidente da Assembleia Legislativa do Piauí e vice-governador eleito, entre outras autoridades.

O desembargador Lourival Serejo agradeceu a homenagem e o reconhecimento do Parlamento Estadual. "Recebo a medalha com muita satisfação e sentimento de responsabilidade. É um reconhecimento da minha carreira profissional, sempre marcada pela ética e responsabilidade", declarou.

### Biografia

O desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa nasceu na cidade de Viana, na Baixada Maranhense. Filho de Nozor Lauro Lopes de Sousa e Isabel Serejo Sousa.

Formou-se em Direito, no ano de 1976, especializando-se em Direito Público pela Faculdade de Direito do Ceará, em 1980, e, posteriormente, em Direito Processual Civil pela Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente, é desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão e presidente da Academia Maranhense de Letras.





## **TJMA publica lista de credores do orçamento de 2015 para recebimento antecipado de precatórios**

Sede do TJMA em São Luís. Foto/divulgação: Ribamar Pinheiro

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por intermédio da Coordenadoria de Precatórios, publicou nesta sexta-feira (18), no Diário da Justiça Eletrônico (DJe), edital (EDT-CPREC - 12022) contendo a lista dos credores habilitados, referentes aos precatórios inscritos no orçamento de 2015, para pagamento mediante realização de acordo direto com o ente devedor Estado do Maranhão, nos termos do Edital Conjunto TJMA/PGE-MA n.º 001/2022.

“Tendo em vista o volume expressivo de requerimentos para habilitação ao acordo direto com o Estado, a Coordenadoria de Precatórios divulgará listas de habilitados por ano orçamentário (2015 a 2018), com o objetivo de iniciar, de imediato, o pagamento dos credores, após o prazo de impugnação de cada lista. Tal medida visa otimizar os procedimentos internos, conferindo maior celeridade ao pagamento dos lotes, respeitando-se a ordem cronológica dos requisitórios e em consonância com as previsões constantes no edital convocatório”, explicou o juiz gestor da Coordenadoria de Precatórios do TJMA, Anderson Sobral de Azevedo.

No edital publicado, constam 210 precatórios, inscritos no ano orçamentário de 2015, que tiveram deferidos seus requerimentos de adesão ao acordo direto com o Estado. Dentre eles, constam habilitações referentes ao crédito principal, aos honorários sucumbenciais e/ou honorários contratuais, devidamente especificados em cada precatório da listagem.

O documento, assinado pelo juiz Anderson Azevedo, contém, ainda, informações relativas às próximas fases, tais como prazo e forma para impugnação à lista de habilitados e respectiva homologação, procedimento para apuração do valor líquido devido, assim como prazo para manifestação dos cálculos finais para quitação dos créditos.

## **Tavanés tenta liminar para permanecer na presidência da Câmara de Estreito mas Justiça nega**

Após ser proibido pela Justiça de concorrer à presidência da Câmara de Estreito, Tavanés Firmo, atual presidente da casa legislativa, entrou com um pedido de liminar para tentar concorrer novamente à presidência, mas foi negado pela Justiça.

A decisão foi assinada pelo desembargador, Raimundo Moraes Bogéa, nesta sexta-feira (18). Com isso, a nova eleição marcada para o próximo dia 13 de dezembro, acontecerá e os vereadores vão ter que eleger um novo presidente para o biênio, 2023/2024, que irá administrar um orçamento mensal de quase meio milhão do legislativo.

A primeira decisão da Justiça, que considerou inconstitucional à reeleição de Tavanés, atendeu um pedido do Ministério Público do Maranhão. Tavanés foi o presidente que permaneceu mais tempo na presidência da casa legislativo da história do município.

## **TJMA publica lista de credores do orçamento de 2015 para recebimento antecipado de precatórios**

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por intermédio da Coordenadoria de Precatórios, publicou nesta sexta-feira (18), no Diário da Justiça Eletrônico (DJe), edital (EDT-CPREC - 12022) contendo a lista dos credores habilitados, referentes aos precatórios inscritos no orçamento de 2015, para pagamento mediante realização de acordo direto com o ente devedor Estado do Maranhão, nos termos do Edital Conjunto TJMA/PGE-MA n.º 001/2022.

“Tendo em vista o volume expressivo de requerimentos para habilitação ao acordo direto com o Estado, a Coordenadoria de Precatórios divulgará listas de habilitados por ano orçamentário (2015 a 2018), com o objetivo de iniciar, de imediato, o pagamento dos credores, após o prazo de impugnação de cada lista. Tal medida visa otimizar os procedimentos internos, conferindo maior celeridade ao pagamento dos lotes, respeitando-se a ordem cronológica dos requerimentos e em consonância com as previsões constantes no edital convocatório”, explicou o juiz gestor da Coordenadoria de Precatórios do TJMA, Anderson Sobral de Azevedo.

No edital publicado, constam 210 precatórios, inscritos no ano orçamentário de 2015, que tiveram deferidos seus requerimentos de adesão ao acordo direto com o Estado. Dentre eles, constam habilitações referentes ao crédito principal, aos honorários sucumbenciais e/ou honorários contratuais, devidamente especificados em cada precatório da listagem.

O documento, assinado pelo juiz Anderson Azevedo, contém, ainda, informações relativas às próximas fases, tais como prazo e forma para impugnação à lista de habilitados e respectiva homologação, procedimento para apuração do valor líquido devido, assim como prazo para manifestação dos cálculos finais para quitação dos créditos.

## **Órgãos públicos terá alteração no Maranhão durante a Copa do Catar; Veja o que muda**

Os jogos da Seleção Brasileira masculina de futebol na Copa do Mundo no Catar fizeram várias instituições do poder público anunciarem mudanças no horário de atendimento no Maranhão.

A Seleção Brasileira jogará nos dias 24 (quinta-feira) e 28 (segunda-feira) de novembro e fechará participação na fase de grupos em 2 de dezembro, uma sexta. Se passar de fase, poderá ter ainda mais quatro partidas na Copa.

Dia de jogo do Brasil na Copa é folga? Enten

Os serviços essenciais serão mantidos, mas o atendimento em vários órgãos sofrerá alterações enquanto a seleção estiver em campo. Até mesmo os bancos mudaram o horário de expediente. Veja a lista

Defensoria Pública do Maranhão

Nos dias em que os jogos forem às 13h, o expediente irá até 11h

Quando os jogos ocorrerem às 16h, o expediente irá até 14h

Tribunal de Justiça do Maranhão

O expediente interno será encerrado às 11 horas, quando o jogo da Seleção tiver seu início às 13 horas. Quando os jogos do Brasil iniciarem às 16 horas, o funcionamento do Judiciário será até 14 horas, mantido o trabalho remoto para o atendimento de medidas urgentes.

Em caso de classificação para as etapas subsequentes, haverá regulamentação específica. Já o Plantão Judiciário de 1º e 2º Graus funcionará em seu horário normal.

24/11 (quinta-feira): Brasil X Sérvia, 16h. Expediente das 8h às 14h

28/11 (segunda-feira): Brasil X Suíça, 13h. Expediente das 8h às 11h

02/12 (sexta-feira): Brasil X Camarões, 16h. Expediente das 8h às 14h

## Ministério Público do Maranhão

24/11 (quinta-feira): Brasil X Sérvia, 16h. Expediente das 8h às 14h

28/11 (segunda-feira): Brasil X Suíça, 13h. Expediente das 8h às 11h

02/12 (sexta-feira): Brasil X Camarões, 16h. Expediente das 8h às 14h

### Órgãos do governo federal no MA

De acordo com as orientações, publicadas no Diário Oficial da União, nos dias em que o jogo da seleção brasileira acontecer às 12h, não haverá expediente; quando o Brasil jogar às 13h, funcionários serão dispensados às 11h; em dias de jogos às 16h, o trabalho é encerrado às 14h.

As regras se estendem a todos os servidores e empregados públicos, os contratados temporários e os estagiários. Ainda de acordo com a portaria, as horas não trabalhadas por conta dos jogos terão de ser compensadas entre 1º de dezembro de 2022 e 31 de maio de 2023.

### Bancos

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) informou que haverá horários especiais de atendimento ao público em agências bancárias de todo o país nos dias em que a seleção brasileira jogar na Copa do Mundo 2022. Essa alteração será de acordo com o horário da partida, no decorrer da competição.

Quando o jogo começar às 12h:

Das 9h às 11h e das 15h30 às 16h30 em estados com horário igual ao horário de Brasília.

Das 8h às 10h e das 14h30 às 15h30 nos estados com diferença de 1h em relação ao horário de Brasília.

Das 7h às 9h e das 13h30 às 14h30 nos estados com diferença de 2h em relação ao horário de Brasília.

Das 8h às 12h nas agências em Fernando de Noronha (1h antes do horário de Brasília).

Quando o jogo começar às 13h (caso de Brasil X Suíça, no dia 28/11):

Das 8h30 às 11h30 em estados com horário igual ao horário de Brasília.

Das 7h30 às 10h30 nos estados com diferença de 1h em relação ao horário de Brasília.

Das 7h às 9h30 nos estados com diferença de 2h em relação ao horário de Brasília.

Quando o jogo começar às 16h (Caso de Brasil X Sérvia, dia 24/11; e Brasil X Camarões, dia 02/12):

Das 9h às 14h em estados com horário igual ao horário de Brasília.

Das 8h às 13h nos estados com diferença de 1h em relação ao horário de Brasília.

Das 7h às 12h nos estados com diferença de 2h em relação ao horário de Brasília. Com informações G1MA/ Foto:  
Exame

## **Veja como fica o funcionamento dos órgãos públicos no Maranhão durante a Copa do Catar**

Os jogos da Seleção Brasileira masculina de futebol na Copa do Mundo no Catar fizeram várias instituições do poder público anunciarem mudanças no horário de atendimento no Maranhão.

A Seleção Brasileira jogará nos dias 24 (quinta-feira) e 28 (segunda-feira) de novembro e fechará participação na fase de grupos em 2 de dezembro, uma sexta. Se passar de fase, poderá ter ainda mais quatro partidas na Copa.

De modo geral, os serviços essenciais serão mantidos, mas o atendimento em vários órgãos sofrerá alterações enquanto a seleção estiver em campo. Até mesmo os bancos mudaram o horário de expediente. Veja a lista

### **Defensoria Pública do Maranhão**

Nos dias em que os jogos forem às 13h, o expediente irá até 11h

Quando os jogos ocorrerem às 16h, o expediente irá até 14h

### **Tribunal de Justiça do Maranhão**

O expediente interno será encerrado às 11 horas, quando o jogo da Seleção tiver seu início às 13 horas. Quando os jogos do Brasil iniciarem às 16 horas, o funcionamento do Judiciário será até 14 horas, mantido o trabalho remoto para o atendimento de medidas urgentes.

Em caso de classificação para as etapas subsequentes, haverá regulamentação específica. Já o Plantão Judiciário de 1º e 2º Graus funcionará em seu horário normal.

### **Governo do Estado**

24/11 (quinta-feira): Brasil X Sérvia, 16h. Expediente das 8h às 14h

28/11 (segunda-feira): Brasil X Suíça, 13h. Expediente das 8h às 11h

02/12 (sexta-feira): Brasil X Camarões, 16h. Expediente das 8h às 14h

### **Prefeitura de São Luís**

24/11 (quinta-feira): Brasil X Sérvia, 16h. Expediente das 8h às 14h

28/11 (segunda-feira): Brasil X Suíça, 13h. Expediente das 7h às 11h

02/12 (sexta-feira): Brasil X Camarões, 16h. Expediente das 8h às 14h

No caso dos servidores que trabalham de 13h às 18h, eles também cumprirão o horário referente ao cronograma. Em caso de classificação do Brasil para as etapas seguintes da Copa, a prefeitura diz que haverá regulamentação específica.

### **Ministério Público do Maranhão**

24/11 (quinta-feira): Brasil X Sérvia, 16h. Expediente das 8h às 14h



28/11 (segunda-feira): Brasil X Suíça, 13h. Expediente das 8h às 11h

02/12 (sexta-feira): Brasil X Camarões, 16h. Expediente das 8h às 14h

Órgãos do governo federal no Maranhão

De acordo com as orientações, publicadas no Diário Oficial da União, nos dias em que o jogo da seleção brasileira acontecer às 12h, não haverá expediente; quando o Brasil jogar às 13h, funcionários serão dispensados às 11h; em dias de jogos às 16h, o trabalho é encerrado às 14h.

As regras se estendem a todos os servidores e empregados públicos, os contratados temporários e os estagiários. Ainda de acordo com a portaria, as horas não trabalhadas por conta dos jogos terão de ser compensadas entre 1º de dezembro de 2022 e 31 de maio de 2023.

Bancos

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) informou que haverá horários especiais de atendimento ao público em agências bancárias de todo o país nos dias em que a seleção brasileira jogar na Copa do Mundo 2022. Essa alteração será de acordo com o horário da partida, no decorrer da competição.

Quando o jogo começar às 12h:

Das 9h às 11h e das 15h30 às 16h30 em estados com horário igual ao horário de Brasília.

Das 8h às 10h e das 14h30 às 15h30 nos estados com diferença de 1h em relação ao horário de Brasília.

Das 7h às 9h e das 13h30 às 14h30 nos estados com diferença de 2h em relação ao horário de Brasília.

Das 8h às 12h nas agências em Fernando de Noronha (1h antes do horário de Brasília).

Informações: G1 Maranhão

## JUDICIÁRIO TERÁ HORÁRIOS ALTERADOS EM DIAS DE JOGOS DO BRASIL

Seleção Brasileira joga pela Copa do Mundo 2022 nos dias 24 (quinta) e 28 (segunda) de novembro e fecha participação na fase de grupos em 2 de dezembro, uma sexta. O Poder Judiciário do Maranhão terá horários alterados em dias de jogos do Brasil na Copa do Mundo 2022. A Seleção Brasileira jogará nos dias 24 (quinta) e 28 (segunda) de novembro e fechará participação na fase de grupos em 2 de dezembro, uma sexta. Em setembro passado, o Tribunal de Justiça publicou a Resolução-GP - 902022, com a alteração do horário de funcionamento nos dias das partidas da equipe brasileira no Catar, na competição a ser realizada nos meses de novembro e dezembro. O documento, assinado pelo presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, estabelece os horários de funcionamento na 1ª fase - também chamada fase de grupos. De acordo com a resolução, o expediente interno será encerrado às 11 horas, quando o jogo da Seleção tiver seu início às 13 horas. Quando os jogos do Brasil iniciarem às 16 horas, o funcionamento do Judiciário será até 14 horas, mantido o trabalho remoto para o atendimento de medidas urgentes. A Resolução ainda define que, em caso de classificação para as etapas subsequentes, haverá regulamentação específica, caso os horários sejam diversos dos especificados no seu artigo 1º. COMPENSAÇÃOAs normas seguintes estabelecem que as horas não trabalhadas em razão dos jogos serão compensadas à razão de uma hora por dia e que a compensação, a ser realizada no mês subsequente, deverá ser autorizada e fiscalizada pelo gestor da unidade, observada a conveniência dos serviços institucionais. PLANTÃO NORMALPor fim, informa que o Plantão Judiciário de 1º e 2º Graus funcionará em seu horário normal, com contatos disponíveis no site do Poder Judiciário do Maranhão. ESTREIAA abertura da Copa do Mundo será no dia 20 de novembro, com o jogo entre Catar e Equador, mas o Brasil tem data de estreia definida apenas para o dia 24 de novembro, uma quinta-feira, às 16h (horário de Brasília), contra a Sérvia. A segunda partida da Seleção será no dia 28 de novembro, uma segunda-feira, às 13h (horário de Brasília), contra a Suíça. O Brasil fechará sua participação na fase de grupos no dia 2 de dezembro, uma sexta-feira, às 16h (horário de Brasília), contra Camarões. POSSIBILIDADESAs datas das fases seguintes da Copa do Mundo - que terão participação do Brasil, caso a Seleção avance na fase de grupos e em cada uma das posteriores - serão dos dias 3 a 6 de dezembro (Oitavas de final), com jogos às 12h e 16h; 9 e 10 de dezembro (Quartas de final), também com partidas às 12h e 16h; 13 e 14 de dezembro (Semifinais), com jogos às 16h; 17 de dezembro (disputa de 3º lugar), às 12h; e 18 de dezembro, final, às 12h. Fonte: tjma.jus.br

## **Durante reunião com o TJ do Maranhão, Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário de Rondônia troca experiências**

Por Redação

Foto: G1/RO

Medidas para ampliar a atuação do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Medidas Socioeducativas (GMF) em Rondônia foram discutidas durante uma reunião virtual com membros da Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Estado do Maranhão - UMF/TJMA este mês. Durante a apresentação, o grupo do Judiciário maranhense, referência em ações na área, apresentou a estrutura de funcionamento e resultados obtidos com a adoção de ações estratégicas.

Composta por servidores exclusivos e organizados em três divisões - Assistência jurídica, Estrutural técnica e Programa Começar de Novo -, a UMF tem alcançado bons índices no Maranhão, estado com grande população carcerária. O desembargador supervisor UMF-TJMA, Ronaldo Maciel, destacou entre os pontos positivos que no sistema penitenciário do Maranhão 70% dos presos trabalham ou estudam e que a UMF intermedia vários convênios de trabalho entre órgãos públicos e iniciativa privada, pelo projeto Começar de Novo. O desembargador apresentou também o MASPEN, uma plataforma alimentada pelo SEEU, que informa em tempo real a quantidade de presos que está em cada presídio e convidou o Desembargador Supervisor, Jorge Ribeiro da Luz, para visitar a UMF do Maranhão e conhecer o sistema. O MASPEN passa por aperfeiçoamento e em breve deverá também compilar dados judiciais.

O desembargador supervisor do GMF em Rondônia, José Jorge, avaliou positivamente as colocações apresentadas pelo desembargador Ronaldo Maciel e se comprometeu em estudar uma data para visitar a unidade no Maranhão. O desembargador explicou que possui um projeto de implantação da APAC em todo o estado de Rondônia e que hoje existem cinco unidades que estão em processo de implantação e solicitou a contribuição da UMF para o desenvolvimento do projeto. Outro ponto debatido foi a criação da central de regulação de vagas no Estado. “A partir dessas informações do número de presos provisórios e condenados e da capacidade do Estado é que podemos produzir projetos sociais dentro do sistema”, pontuou.

Também participaram da reunião o coordenador de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário, Douglas de Melo Martins, e o coordenador executivo da UMF, Miguel Antonio Figueiredo Moyses.

## Plenário volta a afastar magistrado investigado em PAD

17 de novembro de 2022

Plenário volta a afastar magistrado investigado em PAD359ª Sessão Ordinária, conselheira Salise Sanchotene - Foto: G.Dettmar/Agência CNJ

Compartilhe

O Plenário do Conselho Nacional de Justiça, em sua 359ª Sessão, aprovou a prorrogação do Processo Administrativo Disciplinar 0002232-77.2021, por dois períodos de 140 dias. Por maioria, os conselheiros não ratificaram a decisão liminar que autorizara retorno às funções e mantiveram o afastamento cautelar, anteriormente determinado pelo Plenário, de um magistrado do Tribunal de Justiça do Maranhão, conforme voto apresentado pela conselheira Salise Sanchotene.

O juiz, que havia voltado ao trabalho em junho deste ano por força de liminar do conselheiro Luiz Fernando Bandeira de Mello, relator do PAD, permanecerá afastado até que o PAD seja concluído.

O processo foi instaurado para analisar a conduta do magistrado sobre possíveis violações de regras de imparcialidade e transparência no julgamento de uma causa coletiva relativa a um acidente portuário envolvendo a empresa Vale em 2009.

Agência CNJ de Notícias

Reveja a 359ª Sessão Ordinária no canal do CNJ no YouTube

Veja mais fotos no Flickr do CNJ

(use as setas à esquerda e à direita para navegar e clique na foto para a acessar em diferentes resoluções)

## **Plenário do CNJ volta a afastar magistrado do TJ-MA investigado em PAD**

18 de novembro de 2022, 10h49

O Plenário do Conselho Nacional de Justiça, em sua 359ª Sessão, aprovou a prorrogação do processo administrativo disciplinar contra um magistrado do Tribunal de Justiça do Maranhão, por dois períodos de 140 dias.

Freepik Plenário do CNJ volta a afastar magistrado do TJ do Maranhão investigado em PAD

Por maioria, os conselheiros não ratificaram a decisão liminar que autorizara retorno às funções e mantiveram o afastamento cautelar, anteriormente determinado pelo Plenário, conforme voto apresentado pela conselheira Salise Sanchotene.

O juiz, que havia voltado ao trabalho em junho deste ano por força de liminar do conselheiro Luiz Fernando Bandeira de Mello, relator do PAD, permanecerá afastado até que o processo seja concluído.

O processo foi instaurado para analisar a conduta do magistrado sobre possíveis violações de regras de imparcialidade e transparência no julgamento de uma causa coletiva relativa a um acidente portuário envolvendo a empresa Vale, em 2009. Com informações da assessoria de imprensa do CNJ.

Processo 0002232-77.2021

## **Órgãos públicos do Maranhão terão alteração no horário de funcionamento nos dias de jogos do Brasil na Copa do Catar**

A Seleção Brasileira joga nos dias 24 (quinta-feira), 28 de novembro (segunda-feira) e 2 de dezembro, uma sexta-feira.

SÃO LUÍS - Várias instituições do poder público do Maranhão anunciaram mudanças no horário de atendimento em virtude dos jogos da Seleção Brasileira masculina de futebol na Copa do Mundo do Catar.

Em busca da sexta estrela, a Seleção Brasileira joga nos dias 24 (quinta-feira), 28 de novembro (segunda-feira) e 2 de dezembro, uma sexta-feira. Se passar de fase, poderá ter ainda mais quatro partidas na Copa.

Os serviços essenciais serão mantidos, mas o atendimento em vários órgãos sofrerá alterações enquanto a seleção estiver em campo. Os bancos mudaram o horário de expediente. Veja a lista:

### Defensoria Pública do Maranhão

Nos dias em que os jogos forem às 13h, o expediente irá até 11h  
Quando os jogos ocorrerem às 16h, o expediente irá até 14h

### Tribunal de Justiça do Maranhão

O expediente interno será encerrado às 11 horas, quando o jogo da Seleção tiver seu início às 13 horas. Quando os jogos do Brasil iniciarem às 16 horas, o funcionamento do Judiciário será até 14 horas, mantido o trabalho remoto para o atendimento de medidas urgentes.

Em caso de classificação para as etapas subsequentes, haverá regulamentação específica. Já o Plantão Judiciário de 1º e 2º Graus funcionará em seu horário normal.

### Governo do Estado

24/11 (quinta-feira): Brasil X Sérvia, 16h. Expediente das 8h às 14h  
28/11 (segunda-feira): Brasil X Suíça, 13h. Expediente das 8h às 11h  
02/12 (sexta-feira): Brasil X Camarões, 16h. Expediente das 8h às 14h

### Prefeitura de São Luís

24/11 (quinta-feira): Brasil X Sérvia, 16h. Expediente das 8h às 14h  
28/11 (segunda-feira): Brasil X Suíça, 13h. Expediente das 7h às 11h  
02/12 (sexta-feira): Brasil X Camarões, 16h. Expediente das 8h às 14h

Os servidores que trabalham de 13h às 18h, eles também cumprirão o horário referente ao cronograma. Em caso de classificação do Brasil para as etapas seguintes da Copa, a prefeitura diz que haverá regulamentação específica.

#### Ministério Público do Maranhão

24/11 (quinta-feira): Brasil X Sérvia, 16h. Expediente das 8h às 14h  
28/11 (segunda-feira): Brasil X Suíça, 13h. Expediente das 8h às 11h  
02/12 (sexta-feira): Brasil X Camarões, 16h. Expediente das 8h às 14h

#### Órgãos do governo federal no MA

De acordo com as orientações, publicadas no Diário Oficial da União, nos dias em que o jogo da seleção brasileira acontecer às 12h, não haverá expediente; quando o Brasil jogar às 13h, funcionários serão dispensados às 11h; em dias de jogos às 16h, o trabalho é encerrado às 14h.

As regras se estendem a todos os servidores e empregados públicos, os contratados temporários e os estagiários. Ainda de acordo com a portaria, as horas não trabalhadas por conta dos jogos terão de ser compensadas entre 1º de dezembro de 2022 e 31 de maio de 2023.

#### Bancos

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) informou que haverá horários especiais de atendimento ao público em agências bancárias de todo o país nos dias em que a seleção brasileira jogar na Copa do Mundo 2022. Essa alteração será de acordo com o horário da partida, no decorrer da competição.

Quando o jogo começar às 12h:

Das 9h às 11h e das 15h30 às 16h30 em estados com horário igual ao horário de Brasília.  
Das 8h às 10h e das 14h30 às 15h30 nos estados com diferença de 1h em relação ao horário de Brasília.  
Das 7h às 9h e das 13h30 às 14h30 nos estados com diferença de 2h em relação ao horário de Brasília.  
Das 8h às 12h nas agências em Fernando de Noronha (1h antes do horário de Brasília).

Quando o jogo começar às 13h (caso de Brasil X Suíça, no dia 28/11):

Das 8h30 às 11h30 em estados com horário igual ao horário de Brasília.  
Das 7h30 às 10h30 nos estados com diferença de 1h em relação ao horário de Brasília.  
Das 7h às 9h30 nos estados com diferença de 2h em relação ao horário de Brasília.

Quando o jogo começar às 16h (Caso de Brasil X Sérvia, dia 24/11; e Brasil X Camarões, dia 02/12):

Das 9h às 14h em estados com horário igual ao horário de Brasília.

Das 8h às 13h nos estados com diferença de 1h em relação ao horário de Brasília.

Das 7h às 12h nos estados com diferença de 2h em relação ao horário de Brasília.



## **Publicada lista de credores do orçamento de 2015 para recebimento antecipado de precatórios**

Documento do TJMA contém, ainda, informações relativas às próximas fases, tais como prazo e forma para impugnação à lista de habilitados.

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por intermédio da Coordenadoria de Precatórios, publicou nesta sexta-feira (18), no Diário da Justiça Eletrônico (DJe), edital (EDT-CPREC - 12022) contendo a lista dos credores habilitados, referentes aos precatórios inscritos no orçamento de 2015, para pagamento mediante realização de acordo direto com o ente devedor Estado do Maranhão, nos termos do Edital Conjunto TJMA/PGE-MA n.º 001/2022.

“Tendo em vista o volume expressivo de requerimentos para habilitação ao acordo direto com o Estado, a Coordenadoria de Precatórios divulgará listas de habilitados por ano orçamentário (2015 a 2018), com o objetivo de iniciar, de imediato, o pagamento dos credores, após o prazo de impugnação de cada lista. Tal medida visa otimizar os procedimentos internos, conferindo maior celeridade ao pagamento dos lotes, respeitando-se a ordem cronológica dos requerimentos e em consonância com as previsões constantes no edital convocatório”, explicou o juiz gestor da Coordenadoria de Precatórios do TJMA, Anderson Sobral de Azevedo.

No edital publicado, constam 210 precatórios, inscritos no ano orçamentário de 2015, que tiveram deferidos seus requerimentos de adesão ao acordo direto com o Estado. Dentre eles, constam habilitações referentes ao crédito principal, aos honorários sucumbenciais e/ou honorários contratuais, devidamente especificados em cada precatório da listagem.

O documento, assinado pelo juiz Anderson Azevedo, contém, ainda, informações relativas às próximas fases, tais como prazo e forma para impugnação à lista de habilitados e respectiva homologação, procedimento para apuração do valor líquido devido, assim como prazo para manifestação dos cálculos finais para quitação dos créditos.

## **Tribunal de Justiça publica lista de credores para recebimento antecipado de seus precatórios**

Constam 210 precatórios, inscritos no ano orçamento de 2015

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por intermédio da Coordenadoria de Precatórios, publicou nesta sexta-feira (18), no Diário da Justiça Eletrônico (DJe), edital (EDT-CPREC - 12022) contendo a lista dos credores habilitados, referentes aos precatórios inscritos no orçamento de 2015, para pagamento mediante realização de acordo direto com o ente devedor Estado do Maranhão, nos termos do Edital Conjunto TJMA/PGE-MA n.º 001/2022.

“Tendo em vista o volume expressivo de requerimentos para habilitação ao acordo direto com o Estado, a Coordenadoria de Precatórios divulgará listas de habilitados por ano orçamentário (2015 a 2018), com o objetivo de iniciar, de imediato, o pagamento dos credores, após o prazo de impugnação de cada lista. Tal medida visa otimizar os procedimentos internos, conferindo maior celeridade ao pagamento dos lotes, respeitando-se a ordem cronológica dos requisitórios e em consonância com as previsões constantes no edital convocatório”, explicou o juiz gestor da Coordenadoria de Precatórios do TJMA, Anderson Sobral de Azevedo.

No edital publicado, constam 210 precatórios, inscritos no ano orçamentário de 2015, que tiveram deferidos seus requerimentos de adesão ao acordo direto com o Estado. Dentre eles, constam habilitações referentes ao crédito principal, aos honorários sucumbenciais e/ou honorários contratuais, devidamente especificados em cada precatório da listagem.

O documento, assinado pelo juiz Anderson Azevedo, contém, ainda, informações relativas às próximas fases, tais como prazo e forma para impugnação à lista de habilitados e respectiva homologação, procedimento para apuração do valor líquido devido, assim como prazo para manifestação dos cálculos finais para quitação dos créditos.

## **Lei que modifica período de ausência do prefeito é considerada inconstitucional pelo TJMA**

Lei municipal de Paulo Ramos foi declarada inconstitucional

Em sessão do Órgão Especial, nessa quarta-feira (16), o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) declarou inconstitucional lei municipal instituída pela Câmara dos Vereadores de Paulo Ramos, que estabeleceu a necessidade do prefeito obter autorização da Câmara de Vereadores para ausentar-se do município por mais de 12 dias, ou do Estado, por qualquer tempo, sob pena de perda do cargo.

De acordo com a decisão, tanto a Constituição Federal quanto a do Estado do Maranhão preveem que “para que haja necessidade de autorização da Casa Legislativa, o afastamento do Chefe do Executivo deve ser por período superior a 15 (quinze) dias, sem exigir a apresentação de relatório circunstanciado de suas atividades em função de serviços ou de missão de representação”.

Em sua defesa, o prefeito alegou que “as normas combatidas ofendem ao princípio da harmonia e independência dos poderes, pois além de inconstitucionais impõem restrições temporais e subordinação descabida ao prefeito de prestar contas dos seus atos em 15 dias, em prejuízo à eficiência e independência do Poder Executivo”.

O caput (cabeça do artigo) e o parágrafo único do artigo 57 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 3 de julho de 2012 diz que: “O Prefeito não poderá, sem licença da Câmara de Vereadores, ausentar-se do Município por mais de 12 dias, ou do Estado, por qualquer tempo, sob pena da perda do cargo. No prazo de 15 (quinze) dias, a contar do seu retorno, deverá o Prefeito encaminhar à Câmara de Vereadores, relatório circunstanciado, relatando as atividades desenvolvidas e resultados obtidos em função de serviços ou missão de representação fora do Município.”

O voto julgou procedente a ação para declarar a inconstitucionalidade do artigo 57 e do seu parágrafo único, ambos da Lei Orgânica do Município de Paulo Ramos, por ofensa aos artigos 31, VII, e 62, parágrafo único, da Constituição Estadual, bem como aos artigos 49, III, e 83 da Constituição Federal.

A decisão, por unanimidade de votos dos desembargadores e desembargadoras do Órgão Especial do TJMA, acompanhou o parecer da Procuradoria Geral de Justiça.

## **Durante reunião com o TJ do Maranhão, Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário de Rondônia troca experiências**

Também participaram da reunião o coordenador de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário.

Quinta-Feira, 17 de Novembro de 2022 - 11:34

Autor - TJRO

Medidas para ampliar a atuação do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Medidas Socioeducativas (GMF) em Rondônia foram discutidas durante uma reunião virtual com membros da Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Estado do Maranhão - UMF/TJMA este mês. Durante a apresentação, o grupo do Judiciário maranhense, referência em ações na área, apresentou a estrutura de funcionamento e resultados obtidos com a adoção de ações estratégicas.

Foto - TJRO

Composta por servidores exclusivos e organizados em três divisões - Assistência jurídica, Estrutural técnica e Programa Começar de Novo -, a UMF tem alcançado bons índices no Maranhão, estado com grande população carcerária. O desembargador supervisor UMF-TJMA, Ronaldo Maciel, destacou entre os pontos positivos que no sistema penitenciário do Maranhão 70% dos presos trabalham ou estudam e que a UMF intermedia vários convênios de trabalho entre órgãos públicos e iniciativa privada, pelo projeto Começar de Novo. O desembargador apresentou também o MASPEN, uma plataforma alimentada pelo SEEU, que informa em tempo real a quantidade de presos que está em cada presídio e convidou o Desembargador Supervisor, Jorge Ribeiro da Luz, para visitar a UMF do Maranhão e conhecer o sistema. O MASPEN passa por aperfeiçoamento e em breve deverá também compilar dados judiciais.

O desembargador supervisor do GMF em Rondônia, José Jorge, avaliou positivamente as colocações apresentadas pelo desembargador Ronaldo Maciel e se comprometeu em estudar uma data para visitar a unidade no Maranhão. O desembargador explicou que possui um projeto de implantação da APAC em todo o estado de Rondônia e que hoje existem cinco unidades que estão em processo de implantação e solicitou a contribuição da UMF para o desenvolvimento do projeto. Outro ponto debatido foi a criação da central de regulação de vagas no Estado. "A partir dessas informações do número de presos provisórios e condenados e da capacidade do Estado é que podemos produzir projetos sociais dentro do sistema", pontuou.

Também participaram da reunião o coordenador de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário, Douglas de Melo Martins, e o coordenador executivo da UMF, Miguel Antonio Figueiredo Moyses.

Fonte - 025-TJRO

## **E-book do II Concurso Literário Maria Firmina dos Reis é lançado em São Luís**

Os textos selecionados serão disponibilizado em diversos meios digitais.

E-book pode ser baixado de forma gratuita. (Foto: Reprodução)

Por: Da Redação

17 de Novembro de 2022

Durante sessão plenária do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), dessa quarta-feira (16), foi lançado o livro eletrônico (e-book) do II Concurso Literário Maria Firmina dos Reis - Antologia de Textos Premiados: Poemas - Contos - Crônicas, do presidente da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cemulher), desembargador Cleones Cunha.

### **PUBLICIDADE**

A homenagem à escritora maranhense Maria Firmina dos Reis, considerada a primeira romancista negra do Brasil, teve como tema a violência doméstica. A obra foi organizada pela Biblioteca da Escola Superior da Magistratura do Maranhão e leva o selo editorial das Edições ESMAM.

Cleones Cunha ressaltou que o concurso foi idealizado pelo desembargador Lourival Serejo e que Maria Firmina dos Reis recebeu recentemente, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), o título de Doutora Honoris Causa.

A escritora e educadora maranhense, pioneira na literatura antiescravista no Brasil será homenageada na Festa Literária Internacional de Paraty (RJ) em sua edição de 2022.

Nessa segunda edição da antologia, 18 participantes - poetisas, artistas e pensadores das mais variadas origens e diversidades - celebram a importante herança literária das obras deixadas pela abolicionista, sem descuidar da sua memória de luta por igualdade racial e justiça.

Os textos selecionados serão disponibilizado em diversos meios digitais, com vistas a alcançar o maior número de pessoas possível e, assim, divulgar a temática do certame.

Acesse o e-book [Aqui](#):

### **Homenagem**

O Concurso Literário Maria Firmina dos Reis foi denominado em homenagem à escritora maranhense Maria Firmina dos Reis, que, além de primeira romancista negra do Brasil, foi também professora, musicista e a criadora da primeira escola mista do Brasil.

Nascida em São Luís/MA, em 11 de março de 1822 - data que hoje é considerada o Dia da Mulher Maranhense, em sua homenagem -, a escritora é autora da obra "Úrsula" (1859), primeiro romance publicado por uma mulher negra em toda a América Latina e primeiro romance abolicionista de autoria feminina da língua portuguesa.

## **Anajatuba e Itapecuru-Mirim recebem o Programa Justiça de Proximidade**

Com o tema "Fazer bem e depressa por uma Justiça de proximidade", o Programa Justiça de Proximidade do Poder Judiciário do Maranhão promoverá uma força-tarefa para aprimoramento da Justiça nas comarcas de Anajatuba (30/11) e Itapecuru-Mirim (1º/12).

Durante a ação - promovida pela Alta Administração - serão oferecidos serviços internos para melhorias nas áreas judiciais, administrativas e extrajudiciais, de recursos humanos, engenharia, segurança institucional, informática e tecnologia da informação, por parte das diretorias, unidades administrativas e judiciais da Justiça Estadual.

O "Programa Justiça de Proximidade" pretende expandir os quatro eixos da gestão do atual biênio do Tribunal de Justiça do Maranhão (governança, resolutividade, integridade e transparência) para as comarcas do interior do Estado.

### **ATENDIMENTO À POPULAÇÃO**

Além disso, o Programa Justiça de Proximidade levará às comarcas os projetos Registro Cidadão e Conciliação Itinerante.

Por meio do Projeto Registro Cidadão, a população das duas comarcas poderão utilizar dos serviços de emissão do Registro de Nascimento, Procedimento do Registro Tardio de Óbito e Nascimento e emissão de segundas vias das certidões de nascimento, casamento e óbito, através da serventia extrajudicial de Registro Civil de Pessoas Naturais competente. Para participar, basta comparecer aos locais de atendimento que acontecerão nos fóruns das comarcas.

A iniciativa - organizada pelo Fundo Especial das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado do Maranhão (FERC) - é executada de forma colaborativa entre o TJMA, a Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão (CGJ/MA), juízes e juízas, prefeituras, secretarias Estaduais, órgãos de Assistência Social e Médica municipais e registradores Cíveis de Pessoas Naturais.

Para obter mais informações sobre o projeto é só entrar em contato com o Fundo Especial das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado do Maranhão (FERC), pelo telefone (98) 3261-6220 ou com os Cartórios dos respectivos Municípios.

Já com o Projeto Conciliação Itinerante, cidadãos e cidadãs poderão resolver diversas questões pré-processuais (sem ação judicial) e processuais (com ação judicial), de natureza cível e de família, tais como: divórcio, pensão alimentícia, investigação de paternidade (com coleta de exame de DNA), dissolução de união estável, renegociação de dívidas, dentre outras. A ação é coordenada pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec/TJMA).

O agendamento prévio para a conciliação poderá ser feito pelos seguintes canais: Telejudiciário (0800-707-1581 ou 98 3194-5555); WhatsApp do Nupemec (98 3198-4558) ou formulário eletrônico, disponível no Portal do TJMA. O agendamento também poderá ser feito presencialmente, no local do evento.

## OUTRAS AÇÕES

Como parte da programação, as comarcas de Anajatuba e Itapecuru-Mirim promoverão ações de sustentabilidade, assistência social, atendimentos médicos, serviços de saúde, palestras, entre outras.

As ações acontecerão por meio de parcerias com o Executivo Municipal, defensorias públicas, cartórios extrajudiciais e organizações da sociedade civil. Mais informações nos Fóruns das comarcas.

O post Anajatuba e Itapecuru-Mirim recebem o Programa Justiça de Proximidade apareceu primeiro em O Maranhense.



## **Audiência pública de acesso à Justiça a povos indígenas é realizada na Região Tocantina**

Na semana em que o histórico de direitos humanos do Brasil é examinado pelo Grupo de Trabalho da Revisão Periódica Universal (RPU), do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, em Genebra, o Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio do Comitê de Diversidade, promoveu Audiência Pública com foco no "Acesso à Justiça a Povos Indígenas", nessa quinta-feira (18), em Imperatriz, distante 629 km de São Luís.

Em uma audiência pioneira, o Judiciário convidou outras instituições públicas cuja parceria permitiu a realização do encontro que reuniu cerca de cem pessoas no auditório "Dr. José Clebis dos Santo", na Subseção da OAB, na segunda cidade mais populosa do estado maranhense e que, historicamente, foi abrigo de muitos povos indígenas, antes de sua ocupação pela comitiva do Frei Manoel Procópio, considerado o fundador da cidade de Imperatriz, em julho de 1852.

A exemplo dos 193 países integrantes da ONU e que poderão apresentar recomendações para o Brasil avançar na agenda da proteção e da promoção dos direitos humanos, principalmente no que diz respeito ao agravamento da violência contra os povos indígenas e seus territórios, a audiência pública possibilitou que representantes indígenas de várias etnias pudessem propor avanços na agenda de promoção dos direitos humanos de seus povos.

Durante quatro horas, autoridades do Judiciário maranhense, Ministério Público estadual, Defensoria Pública, OAB/MA, Funai, secretarias estaduais de Segurança Pública e de Direitos Humanos e Participação Popular ouviram atentamente e registraram as reivindicações, críticas, dúvidas e sugestões apresentadas por representantes dos povos indígenas Canela, Gavião, Kari Guajajara, Krikatí, Ka'apor, Krenyê, Krepym e Tembê.

### **ESCUTAS E DIÁLOGOS**

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Paulo Velten, acompanhado do 2º vice-presidente do TJMA e ouvidor-geral do Judiciário maranhense, desembargador Marcelino Ewerton, abriu a audiência pública deixando claro o papel de cada representante das instituições participantes.

"Nós precisamos escutar as pessoas, viemos ouvir com muita atenção e respeito às comunidades indígenas, historicamente carentes da atenção de políticas públicas, a partir desse processo de escuta das demandas desses povos, verificar em que medida se pode acolher essas necessidades e construir soluções permanentes e definitivas", ressaltou o magistrado.

A condução da audiência pública foi feita pelo coordenador do Comitê de Diversidade do Tribunal, juiz Marco Adriano Fonseca. Ele explicou que os diálogos para a realização do evento começaram em fevereiro, deste ano, por ocasião da reunião institucional com representantes da Coordenação das Organizações e Articulações dos

Povos Indígenas no Maranhão (COAPIMA), com o intuito de discutir ações de fortalecimento de políticas antidiscriminatórias e de defesa dos direitos dos indígenas.

Na pauta da audiência pública, os representantes dos povos indígenas apresentaram suas considerações de forma breve. A maioria das falas teve foco para questões de reconhecimento, proteção, conciliação e mediação de conflitos, a exemplo das observações feitas pela melhoria de regulamentação do registro civil indígena, reconhecimento de paternidade, violência cometida contra indígenas, invasões de suas áreas territoriais, dificuldades de acesso à Educação e Justiça, combate ao aumento do uso de drogas lícitas e ilícitas, entre outras questões.

## FALAS INDÍGENAS

Durante suas considerações, Antonio Guajajara (43 anos) destacou a importância da defesa da terra para os indígenas e mencionou o grupo de 25 mulheres que atua na defesa do meio ambiente na aldeia: são as Guerreiras da Floresta, que assim como os homens (os guardiões), combatem madeireiros e caçadores, além de fazerem um trabalho de sensibilização para preservação da natureza pela população indígena.

"Vim buscar e pedir apoio para as nossas reivindicações, vivemos sob constantes ameaças e invasões, não queremos violência, acreditamos que podemos conquistar direitos por meio da educação", afirmou o indígena, que há sete anos é cacique na aldeia Maçaranduba, na Terra Indígena Caru, município de Bom Jardim.

Já quando Jane Guajajara pediu a palavra, não se imaginava a comoção que ela causaria. A indígena da aldeia Nova Ingarana, que fica na Terra Indígena Cana Brava, no município de Jenipapo dos Vieiras, revelou, sob lágrimas, que seu povo está cansado, mas não desistirá de buscar melhorias e acesso à Justiça.

"É uma honra como indígena e como mulher brasileira, presenciar um encontro com homens brancos e mulheres brancas, dispostas a ouvir nossos anseios, reivindicações e angústias durante uma tarde inteira. Como isso é importante e eu acredito que a mudança virá por meio de medidas que podem beneficiar nossos povos. É um momento histórico", agradeceu pedindo atenção às demandas apresentadas às autoridades presentes.

## RESOLUTIVIDADE

Após ouvir as solicitações e sugestões dos representantes indígenas, o desembargador Paulo Velten fez as considerações finais e reafirmou o compromisso do Judiciário maranhense, conjuntamente às instituições públicas parceiras, em buscar resolutividade para as questões abordadas durante a audiência.

O presidente do TJMA disse ter ficado sensibilizado com as considerações feitas e mencionou que falta um olhar mais humanizado e respeitoso para as falas dos povos indígenas. "Não há uma violência, mas uma vontade legítima de se expressar. Prestei atenção em tudo que foi falado e enquanto eu estiver à frente do Judiciário vamos criar espaços para um diálogo aberto com a população. O Tribunal está de portas abertas para todas as comunidades indígenas", finalizou.

## MUTIRÃO

Para esta sexta-feira (18), será realizado mutirão de atendimentos aos povos indígenas, a partir das 9h, no território indígena São José (Krikati), município de Montes Altos/MA, com a prestação de serviços por órgãos do Sistema de Justiça, em parceria com a Corregedoria Geral da Justiça e Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Maranhão.

A ação, que faz parte também do Programa Justiça de Proximidade da Presidência do TJMA, vai realizar atendimentos previstos de: registro civil, carteira de identidade, título de eleitor, casamentos e divórcios. O Provimento nº 49, assinado no dia 3 de novembro passado pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Froz Sobrinho, dispõe acerca do assento de nascimento de indígena no Registro Civil de Pessoas Naturais.

O post Audiência pública de acesso à Justiça a povos indígenas é realizada na Região Tocantina apareceu primeiro em O Maranhense.

## **Lei que afasta prefeito por ausência sem licença por mais de 12 dias é ilegal**

A lei municipal de Paulo Ramos foi declarada inconstitucional pelo TJMA

Comentar

Danielle Limeira - Agência TJMA de Notícias

A decisão unânime foi proferida em sessão do Órgão Especial do TJMA - Foto: Divulgação: Ascom/TJMA

Em sessão do Órgão Especial, nessa quarta-feira (16/11), o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), declarou inconstitucional lei municipal instituída pela Câmara dos Vereadores de Paulo Ramos, que estabeleceu a necessidade de o prefeito obter autorização da Câmara de Vereadores para ausentar-se do município por mais de 12 dias, ou do Estado, por qualquer tempo, sob pena de perda do cargo.

De acordo com a decisão - de relatoria do desembargador Raimundo Bogéa - tanto a Constituição Federal como a Constituição do Estado do Maranhão preveem que "para que haja necessidade de autorização da Casa Legislativa, o afastamento do Chefe do Executivo deve ser por período superior a 15 (quinze) dias, sem exigir a apresentação de relatório circunstanciado de suas atividades em função de serviços ou de missão de representação".

Em sua defesa, o prefeito alegou que "as normas combatidas ofendem ao princípio da harmonia e independência dos poderes, pois além de inconstitucionais impõem restrições temporais e subordinação descabida ao prefeito de prestar contas dos seus atos em 15 dias, em prejuízo à eficiência e independência do Poder Executivo".

O caput (cabeça do artigo) e o parágrafo único do artigo 57 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 3 de julho de 2012 diz que: "O Prefeito não poderá, sem licença da Câmara de Vereadores, ausentar-se do Município por mais de 12 dias, ou do Estado, por qualquer tempo, sob pena da perda do cargo. No prazo de 15 (quinze) dias, a contar do seu retorno, deverá o Prefeito encaminhar à Câmara de Vereadores, relatório circunstanciado, relatando as atividades desenvolvidas e resultados obtidos em função de serviços ou missão de representação fora do Município."

O voto julgou procedente a ação para declarar a inconstitucionalidade do artigo 57 e do seu parágrafo único, ambos da Lei Orgânica do Município de Paulo Ramos, por ofensa aos artigos 31, VII, e 62, parágrafo único, da Constituição Estadual, bem como aos artigos 49, III, e 83 da Constituição Federal.

A decisão, por unanimidade de votos dos desembargadores e desembargadoras do Órgão Especial do TJMA, acompanhou o parecer da Procuradoria Geral de Justiça.